

História da Falência e da Concordata no Brasil (1850-1945)

2024

Gilberto Gornati

HISTÓRIA DA FALÊNCIA E DA CONCORDATA NO BRASIL (1850-1945)

● Almedina, 2024

AUTOR: Gilberto Gornati

DIRETOR ALMEDINA BRASIL: Rodrigo Mentz

EDITORA-CHEFE: Manuella Santos de Castro

EDITOR PLENO: Aurélio Cesar Nogueira

PRODUTORA EDITORIAL: Erika Alonso

ASSISTENTES EDITORIAIS: Laura Roberti, Tacila da Silva Souza e Patricia Romero

DIAGRAMAÇÃO: Almedina

DESIGN DE CAPA: FBA

ISBN: 9788584937233

Maio, 2024

1259591

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Gornati, Gilberto
História da falência e da concordata no Brasil
(1850-1945) / Gilberto Gornati. – São Paulo :
Almedina, 2024.

ISBN 978-85-8493-723-3

1. Direito comercial – Legislação – Brasil
2. Falência – Leis e legislação – Brasil I. Título.

24-201629

CDU-347.736(81)(094)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Leis : Falências : Direito comercial
347.736(81)(094)

Eliane de Freitas Leite – Bibliotecária – CRB 8/8415

Este livro segue as regras do novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990).

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro, protegido por copyright, pode ser reproduzida, armazenada ou transmitida de alguma forma ou por algum meio, seja eletrônico ou mecânico, inclusive fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenagem de informações, sem a permissão expressa e por escrito da editora.

EDITORA: Almedina Brasil

Rua José Maria Lisboa, 860, Conj.131 e 132, Jardim Paulista | 01423-001 São Paulo | Brasil

editora@almedina.com.br

www.almedina.com.br

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
1.1	Justificativa, método, tema da pesquisa e suas delimitações	36
2	OS HOMENS ARRUINADOS: UMA HISTÓRIA DAS LEIS DE FALÊNCIAS E CONCORDATAS NO BRASIL (1850-1945)	49
2.1	O Código <i>Commercial</i> do Império (Lei nº 556, de 25 de junho de 1850) e a regulamentação sobre as quebras, <i>fallencias</i> e concordatas.	57
2.1.1	A estrutura da primeira disposição sobre as <i>fallencias</i> e concordatas no Código Comercial do Brasil, Parte III, das Quebras (art. 797 ao art. 906)	153
2.1.2	Conclusões sobre os processos de falência e concordatas sob a égide do Código Comercial	157
2.2	A República e a reforma das <i>fallencias</i> e concordatas	160
2.2.1	O modo de produção do Decreto nº 917 de 1890, a primeira lei de <i>fallencias</i> e concordatas da República	166
2.2.2	A estrutura legal do Decreto nº 917/1890	180
2.2.3	Considerações sobre a prática durante a vigência do Decreto nº 917/1890	187
2.2.4	Conclusões sobre o modo de produção do Decreto nº 917/1890	196
2.3	A Lei nº 859 de 1902, o Regulamento nº 4.588 de 1903 e a primeira reforma da lei de <i>fallencias</i> e concordatas da República	198
2.3.1	Os debates parlamentares sobre a reforma do Decreto nº 917/1890 e a segunda lei de <i>fallencias</i> e concordatas da República no Brasil	203
2.3.2	A estrutura legal da Lei nº 859/1902	278

2.3.3	Considerações sobre a prática da Lei nº 859/1902 e do Regulamento 4.588/1903	281
2.3.4	Conclusões sobre o modo de produção da Lei nº 859/1902 e do Regulamento 4.588/1903	305
2.4	A Lei nº 2.024 de 1908 e a segunda reforma da lei de <i>fallencias</i> e concordatas da República	311
2.4.1	Os debates parlamentares em torno da elaboração da reforma da Lei nº 859/1902 e do Regulamento 4.855/1903	313
2.4.2	A estrutura legal da Lei nº 2.024/1908	377
2.4.3	Considerações sobre a prática da Lei nº 2.024/1908	380
2.4.4	Conclusões sobre o modo de produção da Lei nº 2.024/1908	407
2.5	O Decreto nº 5.746 de 1929 e a terceira reforma da lei de <i>fallencias</i> e concordatas da República	413
2.5.1	Os debates parlamentares e razões oficiais sobre a terceira reforma da lei de <i>fallencias</i> e concordatas do período republicano	419
2.5.2	A estrutura legal do Decreto nº 5.746/1929	482
2.5.3	Considerações sobre a prática do Decreto nº 5.746/1929	485
2.5.4	Conclusões sobre o modo de produção do Decreto nº 5.746/1929 ..	492
2.6	O Decreto-lei nº 7.661 de 1945 e a quarta reforma da lei de falências e concordatas da República	501
2.6.1	Os discursos oficiais para a quarta reforma sobre a lei de falências e concordatas e o modo de produção legislativo que culminou no Decreto-lei nº 7.661/1945	510
2.6.2	A estrutura legal do Decreto-lei nº 7.661/1945	562
2.6.3	Considerações sobre a prática do Decreto-lei nº 7.661/1945	565
2.6.4	Conclusões sobre o modo de produção do Decreto-lei nº 7.661/1945	573
	CONCLUSÕES	583
	REFERÊNCIAS	601